

# CIBERJORNALISMO, JORNALISMO E DEMOCRACIA

**HELDER BASTOS**

UNIVERSIDADE DO PORTO

## **Resumo**

Ao longo da sua ainda curta história, o ciberjornalismo enfrentou uma série de constrangimentos que lhe limitaram a acção e a produção jornalística de qualidade. Do enquadramento empresarial desfavorável à baixa sustentabilidade financeira dos projectos online, passando por equipas de ciberjornalistas reduzidas, com pouca produção e investigação jornalística próprias, são múltiplos os factores que têm condicionado o trabalho dos ciberjornalistas e a sua afirmação nos contextos do jornalismo, da sociedade e da democracia. Neste ensaio argumenta-se que, devido às limitações que o estrangulam, o ciberjornalismo, no seu estado de desenvolvimento actual, nomeadamente em Portugal, não tem condições mínimas para cumprir funções centrais que se esperam da actividade jornalística numa sociedade democrática. Em especial, uma função que, do ponto de vista histórico, da teoria democrática e da cultura ligada ao ofício, é das mais relevantes: a de guardião, ou watchdog, dos poderes públicos, em especial o poder político.

## **Palavras-chave**

Ciberjornalismo; Jornalismo; Democracia; Profissionalismo; Papéis

## **Jornalismo e democracia**

Se olharmos para os últimos trezentos ou três mil anos, argumentam Kovach e Rosenstiel (2005), é impossível dissociar as notícias da comunidade e, ao longo do tempo, mais especificamente da comunidade democrática. Em retrospectiva, chega a ser difícil separar o conceito de jornalismo do conceito de criação de comunidade e, posteriormente, de democracia. A história revela também que, regra geral, quanto mais democrática for uma sociedade mais notícias e informação circulam. À medida que as sociedades começaram a tornar-se mais democráticas, começou a surgir

uma espécie de pré-jornalismo.

A relação simbiótica entre jornalismo e democracia tem sido posta em evidência por vários autores que se baseiam, em boa parte, na teoria democrática para o fazer. Traquina assinala que esta define de forma clara, já desde os filósofos do Iluminismo, um papel adversarial entre o poder político e o jornalismo: «A democracia não pode ser imaginada como sendo um sistema de governo sem liberdade e o papel central do jornalismo, na teoria democrática, é de informar o público sem censura. Os pais fundadores da teoria democrática sempre insistiram, desde o filósofo Milton, na liberdade como sendo essencial para a troca de ideias e opiniões, reservando ao jornalismo não apenas o papel de informar os cidadãos, mas também, num quadro de *checks and balances* (a divisão do poder entre poderes), a responsabilidade de ser o guardião (*watchdog*) do governo.» (Traquina, 2007: 12).

Com a legitimidade da teoria democrática, assinala o autor, os jornalistas podiam salientar o seu duplo papel de porta-vozes da opinião pública – dando expressão às diferentes vozes no interior da sociedade que deveriam ser tidas em conta pelos governos – e de vigilantes do poder político, protegendo os cidadãos contra os abusos dos governantes. Traquina assinala, no entanto, que seria uma visão romântica imaginar o jornalismo como sendo «a soma de todos os jornalistas a agir em plena liberdade». O autor responde com a ideia de que o jornalismo tem uma «autonomia relativa», sendo, no entanto, a sua actividade «altamente condicionada». O trabalho jornalístico realiza-se em condições difíceis, marcadas por múltiplas incertezas, como a pressão das horas de fecho, as hierarquias da própria empresa, os imperativos do jornalismo como negócio, a «brutal competitividade», ou a acção dos diversos agentes sociais junto dos jornalistas.

Blumler e Gurevitch (1995) notam que, desde as declarações da Primeira Emenda norte-americana, são reservadas à imprensa quatro funções principais: proporcionar um fórum para a discussão de ideias, muitas vezes contraditórias; dar voz à opinião pública; ser os olhos e os ouvidos dos cidadãos para avaliar a cena política e o desempenho dos políticos; agir como “vigilante” que avisa quando detecta sinais de mau comportamento, corrupção e abuso nos corredores do poder. Estas expectativas baseiam-se no pressuposto de que a democracia ideal equivale à democracia participativa, em que os cidadãos bem informados têm um papel activo em termos de decisão política. Contudo, esta suposição é hoje, por vários motivos, questionável (Ferreira, 2011).

Embora reconhecendo a dificuldade de as definir com clareza, Schudson elenca

seis funções principais que o jornalismo tem assumido, ou pode assumir, em sociedades democráticas. Em primeiro lugar, a informação: os média noticiosos podem fornecer informação equilibrada e completa de modo a que os cidadãos possam fazer opções correctas. Em segundo lugar, investigação: os média noticiosos podem investigar fontes de poder concentrado, em particular o poder governamental. Em terceiro lugar, análise: os média noticiosos podem fornecer quadros coerentes de interpretação de forma a ajudar os cidadãos a compreender a complexidade do mundo. Em quarto lugar, empatia social: o jornalismo pode contar o que se passa com os outros membros da sua sociedade e do mundo de modo a que possam conhecer os pontos de vista e as vidas de outras pessoas. Em quinto lugar, fórum público: o jornalismo pode providenciar um fórum para o diálogo entre cidadãos e servir como transmissor das perspectivas dos diferentes grupos da sociedade. Em sexto lugar, mobilização: Schudson considera que os média noticiosos podem servir de apoio a determinadas perspectivas ou programas políticos mobilizando as pessoas para apoiarem esses programas. O autor acrescenta ainda uma sétima função, que consiste na divulgação da própria democracia, em particular da democracia representativa (Schudson, 2008).

Dito isto, Schudson defende que «a democracia não produz necessariamente jornalismo nem o jornalismo produz necessariamente democracia» (Schudson, 2008: 12). Ou seja, para o autor, jornalismo e democracia não são a mesma coisa. Contudo, acrescenta, nas sociedades onde há democracia, o jornalismo pode fornecer uma série de serviços diferentes que ajudam a estabelecer ou a apoiar a governação representativa. Neste particular, Schudson distancia-se de autores que consideram indissociáveis jornalismo e democracia, como é o caso de Carey, para quem jornalismo e democracia são uma só realidade: «o jornalismo como prática apenas é concebível no contexto da democracia; de facto, jornalismo pode ser com vantagem entendido como outro nome para democracia» (Carey, 1995: 332). Esta é, como se vê, uma discussão complexa, cuja problematização exaustiva não cabe neste ensaio.

Se, por um lado, teóricos e académicos procuraram sistematizar e problematizar a relação entre jornalismo e democracia, os jornalistas, por seu lado, foram cimentando um conjunto de códigos e de valores destinados a reger as suas funções e papéis, também no quadro das democracias. Conjugados, estes valores e papéis transformaram-se em elementos constituintes da “ideologia do jornalismo”. Esta “ideologia” tem como sustentáculos principais as noções de serviço público (os jornalistas prestam um serviço público como *watchdogs* e disseminadores de

informação); a objectividade (são imparciais e logo credíveis); a autonomia (são livres e independentes no seu trabalho); a instantaneidade (têm um sentido de instantaneidade, actualidade e velocidade); e a ética (os jornalistas têm um sentido de ética, validação e legitimidade) (Deuze, 2007).

Também Traquina nota que a ideologia profissional, desenvolvida ao longo do tempo, define o jornalismo como um serviço público que fornece aos cidadãos a informação de que precisam para votar e participar em democracia, e age como guardião de defesa dos cidadãos contra eventuais abusos de poder. Os jornalistas desenvolveram a sua ideologia profissional em consonância com a teoria democrática e inspirados por ela (Traquina, 2007). Além disso, a adopção de uma “ideologia do jornalismo” a partir de um conjunto adquirido de características profissionais permite aos jornalistas verem-se como «depositários da confiança pública» (Hallin e Mancini, 2010).

## **Constrangimentos no ciberjornalismo**

Ao longo da sua ainda curta história, o ciberjornalismo enfrentou quase sempre uma série de constrangimentos que lhe limitaram a acção e a produção jornalística de qualidade. Por produção jornalística de qualidade entenda-se, no mínimo, uma produção baseada em trabalho próprio do ciberjornalista, com recurso a fontes próprias, para a elaboração de notícias e reportagens, e não a produção baseada sobretudo na adaptação, organização e tratamento de conteúdos produzidos por outrem.

Um dos principais constrangimentos tem a ver com o enquadramento empresarial, que tem sido sobremaneira desfavorável ao ciberjornalismo. No interior de boa parte das empresas jornalísticas, o digital foi secundarizado, quer pelos respectivos gestores, quer pelas próprias direcções editoriais. Apesar de, sobretudo em tempos mais recentes, abundarem os discursos sobre a aposta estratégica no digital, o certo é que os meios humanos e técnicos mobilizados para o trabalho nas edições *online* foram, e continuam a ser, reduzidos, obrigando os poucos ciberjornalistas a desmultiplicarem-se em tarefas de todo o tipo, algumas das quais mais de carácter técnico do que jornalístico. Tem prevalecido a lógica do fazer cada vez mais com cada vez menos meios. Acresce o facto de o trabalho dos ciberjornalistas ser, não poucas vezes, desvalorizado pelos colegas de redacção “tradicionais”.

O enquadramento empresarial desfavorável é indissociável da questão do modelo de negócio, ou seja, do facto de as empresas não terem encontrado formas de rentabilizar, de forma substantiva, o investimento nas edições online. Apesar do aumento da circulação digital, as receitas, quer da publicidade digital, quer das assinaturas, são, na maioria dos casos, residuais. Além disso, a maioria dos sites noticiosos continua a ser de acesso livre. E, apesar de o investimento publicitário geral na Internet ter vindo a crescer gradualmente nos últimos anos, são os grandes protagonistas internacionais, como o Google e o Facebook, que absorvem parte substancial das receitas publicitárias. O panorama é mais preocupante no caso da imprensa, cujas perdas, nalguns casos acentuadas, quer em termos de publicidade, quer ao nível das audiências, não têm sido compensadas pelos ganhos no digital. Entrou-se assim, em termos de negócio, numa espécie de limbo do qual as empresas ainda não descortinaram como sair.

A composição das redacções digitais é outros dos grandes constrangimentos. Em geral, as empresas jornalísticas, seja por razões financeiras, seja por opção estratégica, seja ainda por falta de meios, afectam um número reduzido de jornalistas às edições *online*. As excepções são, naturalmente, os ciberjornais nativos digitais, como é o caso mais recente do *Observador*, em Portugal. Ora, a pequena dimensão das redacções, aliada ao imperativo de alimentar de forma contínua os *sites* com notícias de última hora e à necessidade de se cumprirem várias tarefas em simultâneo, dificultam sobremaneira a concretização de algumas práticas tradicionais do jornalismo, como a investigação. Não será pois de estranhar o facto de “cachas” assinadas por ciberjornalistas serem tão raras, pois essas exigem um trabalho laborioso, persistente e profundo ao nível das fontes. Ora, como sublinham Tiffen *et al.* (2014), quando se analisa o papel dos média noticiosos no cumprimento das funções associadas à cidadania democrática, o número, a diversidade e o alcance das fontes de informação são variáveis fundamentais a ter em conta. Neste particular, o ciberjornalismo perde em toda a linha.

O ritmo e a intensidade do trabalho ciberjornalístico são, em geral, incompatíveis com a profundidade e a contextualização necessárias a um jornalismo de qualidade, situado nos antípodas do jornalismo de transposição e adaptação de conteúdos produzidos por outrem (*e.g.* agências noticiosas, colegas jornalistas “tradicionais”, *press releases* de empresas e instituições, agências de comunicação). O recurso ao fluxo informativo das agências noticiosas torna-se, dadas as circunstâncias, inevitável. A reduzida dimensão das redacções digitais dificulta, por outro lado, a

produção de trabalhos mais exigentes, complexos e demorados, como é o caso das reportagens multimídia. As saídas para o exterior tornam-se mais difíceis e, por isso, mais raras. O sedentarismo, nalguns casos quase total, tornou-se, ao longo dos anos de evolução, uma imagem de marca pouco recomendável do ciberjornalismo um pouco por todo o mundo.

Olhando de modo retrospectivo para o ciberjornalismo, há um aspecto que foi obnubilado pelos debates à volta do aproveitamento das potencialidades da Web, do formato de ciberjornal ideal, das audiências, do *web design*, dos modelos de negócio, das necessidades de formação, ou das estratégias empresariais e de marketing: o próprio jornalismo. Com nuances consoante as diferentes fases, os média na Web foram sendo encarados menos como plataformas para o desenvolvimento de informação de qualidade própria, isto é, produzida pelos ciberjornalistas, do que como suportes para a reprodução de conteúdos originalmente produzidos para média tradicionais. Raras vezes foi dado aos cibermédia e aos ciberjornalistas espaço para o desenvolvimento de uma *identidade* própria, que viabilizasse a assunção de alguns papéis tradicionais do jornalismo, a saber, investigar, cultivar fontes próprias, vigiar poderes instituídos, influir na opinião pública, proporcionar análise e interpretação sobre questões complexas (Bastos, 2011).

## **Constrangimentos no jornalismo**

As condições do exercício do ciberjornalismo, bem como a sua maior ou menor qualidade, não podem ser dissociadas das condições em que o jornalismo em geral se encontra. Ou seja, o ciberjornalismo deve ser entendido no contexto mais amplo das transformações e constrangimentos do jornalismo contemporâneo, que enfrenta desafios de enorme alcance e profundidade.

A actividade jornalística é hoje exercida, um pouco por todo o mundo, em condições cada vez mais difíceis e precárias. À crescente “proletarização” e precarização dos jornalistas junta-se a dependência dos média em relação aos conteúdos das agências de informação. Espera-se também que os jornalistas produzam mais com menos tempo, menos recursos e menos colegas. As estratégias de redução de custos impuseram-lhes a necessidade de reciclar estórias e de proporcionar continuamente “novos” conteúdos aos leitores. A par disso, despedimentos em massa, *offshoring* e *outsourcing* tornaram-se padrão nas práticas de gestão. Cresce também o chamado

*newswork* 'atípico', definido como emprego ocasional, uso de trabalho contratado e aumento do emprego triangular, ambíguo e disfarçado, sobretudo entre os jornalistas mais jovens e recém-chegados ao jornalismo (Deuze e Marjoribanks, 2009).

Um dos problemas mais abrangentes e conjunturais tem, no entanto, a ver com o que Donsbach considera ser a crescente «marginalização silenciosa» do jornalismo profissional no contexto da comunicação pública, uma tendência impulsionada pelo decrescente interesse na esfera pública e pela crescente exposição selectiva: «A mudança mais visível na comunicação pública de todas as sociedades democráticas e desenvolvidas ao longo das últimas duas décadas é uma marginalização silenciosa do jornalismo profissional dentro da comunicação pública. O conteúdo do que as pessoas comunicam umas com outras pessoas e o que têm como seus pontos de vista pessoais sobre realidade tem origem cada vez menos no jornalismo profissional. Podemos considerar este desenvolvimento ou como uma oportunidade ou como um risco para a comunicação pública.» (Donsbach, 2014: 661).

A marginalização do jornalismo profissional tem, argumenta o autor, duas consequências principais: os conhecimentos das pessoas tornam-se menos validados e menos partilhados. Menos validados porque, apesar das conhecidas deficiências, as fontes jornalísticas profissionais fornecem em geral uma melhor imagem dos acontecimentos e processos do mundo que outras fontes. Menos partilhados porque as pessoas partilham cada vez menos percepções comuns da realidade porque recorrem a fontes diferentes e estão interessados em diferentes temas e argumentos. A sobreposição de temas, provas e argumentos entre cidadãos diminui. Donde, o modelo tradicional da esfera pública colapsa.

Estudos sobre hábitos de consumo de notícias têm quase unanimemente chegado à mesma conclusão: a exposição a notícias e a assuntos públicos está em declínio. Há uma «revolução silenciosa» na qual as gerações mais novas estão a perder o interesse em assuntos da esfera pública, que vão além de interesses peculiares dos indivíduos e dos seus grupos de referência imediatos. O dever de estar informado enquanto obrigação cívica parece estar também em declínio. Para Donsbach, esta é a consequência de dois desenvolvimentos: mudança de valores e proliferação de informação e, por vezes, de oferta de actividades mais estimulantes na web. Ora, estas tendências, como argumenta o autor, não deixam de ter consequências para o jornalismo.

Schudson, por seu lado, questiona se a «inclusão do público» pode continuar a ser uma característica definidora do jornalismo, quando assistimos a uma segmentação

de mercados e à profusão de novos média, como a Internet. Pode o jornalismo continuar a ser importante para o público numa era de rápida comercialização e de empresas jornalísticas que não têm pejo em colocar como objectivo máximo a maximização do lucro? A imprensa sobreviverá à erosão do seu modelo de negócio provocada pela ascensão da Internet? Trata-se, pois, de saber se estes «perigos» – a fragmentação das audiências, a trivialização dos conteúdos e a probabilidade de a reportagem sobre assuntos públicos não ser economicamente sustentável – não conduzirão a uma redefinição do próprio conceito de jornalismo. Afinal, o que conta como «publicamente importante» mudou, por vezes de forma dramática, no nosso tempo. E o que está a mudar agora muito rapidamente é a definição do que é o público ou o que são os públicos (Schudson, 2011).

Tudo o que pensávamos que sabíamos sobre o jornalismo, acrescenta Schudson, precisa de ser repensado na era digital. O chão que os jornalistas pisam está a abanar, e a experiência, quer para aqueles que trabalham no jornalismo, quer para os que o estudam de fora, é estonteante. Pois, afinal, o que é hoje um jornalista? O que é uma notícia? Podem um “tweet”, um texto de um blogue, um artigo de revista ou um livro baseado numa reportagem ser considerados “informação”? O que define uma redacção? «As fronteiras do jornalismo, que até há bem pouco anos pareciam relativamente claras, estáveis, e permanentes, tornaram-se menos distintas, e este esbatimento deu origem a um novo conjunto de princípios e práticas jornalísticas.» (*Ibid.*: 207).

Kovach e Rosenstiel (2005) também fazem notar que a tecnologia está a moldar uma nova organização económica para as empresas jornalísticas, no seio das quais o jornalismo aparece numa posição subordinada. Existe agora o perigo de o jornalismo independente se diluir na comunicação comercial e na «autopromoção sinérgica». Os autores mostram-se preocupados com o risco de se ver a informação independente ser substituída por interesses comerciais próprios, camuflados de notícias. Se isso acontecer, consideram que desaparecerá a imprensa enquanto instituição independente, livre para controlar as outras forças e instituições de poder da sociedade. O que está, portanto, em jogo é saber se os cidadãos têm acesso a informação independente que lhes permita participar na governação dos seus próprios destinos.

As notícias, como bem assinala Starr, constituem bens públicos pois, do ponto de vista político, contribuem para um bom funcionamento da sociedade, ao permitirem que o público obrigue o Governo e outras instituições a prestar contas: «Mais do que



qualquer outro meio de comunicação, os jornais têm sido os nossos olhos sobre o Estado, os nossos sistemas de controlo de abusos privados e os nossos processos de alerta cívico. É verdade que nem sempre cumpriram estas funções tão bem como deveriam. Mas o que está agora em causa é se poderão sequer continuar a desempenhá-las.» (Starr, 2009: 70). A Internet, sublinha ainda o autor, fez ruir os pilares financeiros da imprensa. Ora, isto tem um custo para os valores democráticos, à medida que os jornais perdem a capacidade de utilizar as receitas para subsidiar o «jornalismo de serviço público»: os lucros que lhes permitiam produzir notícias como bens públicos estão a desaparecer. «A cobertura jornalística não é a única coisa que os jornais nos proporcionam. Emprestaram ao público um poderoso meio de influência sobre o Estado e esta influência está em risco. Se levarmos a sério a noção de que os jornais constituem um quarto poder ou um quarto ramo do governo, o fim da idade dos jornais implica uma mudança no nosso próprio sistema político. Os jornais contribuíram para controlar tendências de corrupção, tanto no governo como nas empresas. Se quisermos evitar uma nova era de corrupção, teremos de arranjar outras formas de reunir esse poder. As nossas novas tecnologias não nos desobrigam das nossas velhas responsabilidades.» (*Ibid.*: 79).

Autores mais cépticos, como Robert McChesney, defendem que o declínio do jornalismo, que corre a par da hipercomercialização da cultura, já não tem só a ver com a conjuntura económica e financeira. Terá já mais a ver com uma certa cultura do próprio sistema dos média. McChesney considera que há contradição entre um sistema de média corporativo orientado para o lucro, altamente concentrado e saturado de publicidade, e as exigências da comunicação numa sociedade democrática. Argumenta que os meios de comunicação, longe de constituírem um alicerce para a liberdade e a democracia, tornaram-se uma força antidemocrática significativa nos Estados Unidos e, em diferentes graus, em todo o mundo. Desafiando a suposição de que uma sociedade encharcada de escolhas de informação comercial é *ipso facto* um regime democrático, McChesney defende que os principais beneficiários da chamada Era da Informação são investidores, anunciantes, e um punhado de enormes conglomerados de média, computação e telecomunicações. Este controlo corporativo concentrado, diz, é desastroso para qualquer noção de democracia participativa.

A crise geral do jornalismo também não pode ser dissociada da depressão que tem afectado as empresas jornalísticas. Uma depressão que resulta sobretudo de quebras, nalguns países acentuadas, nas audiências – que se fragmentam

e se modificam nos seus hábitos de consumo informativo – e nas receitas publicitárias. Portugal não fugiu à regra. A situação financeira de muitas empresas deteriorou-se rapidamente nos últimos anos, em parte devido aos receios sobre a evolução da economia, que restringiram ainda mais os investimentos em publicidade nos média.

A consequência mais visível tem sido os despedimentos e a precarização dos vínculos laborais. Académicos e jornalistas têm manifestado a sua preocupação com a tendência. Em Outubro de 2012, um grupo de dezenas de jornalistas e alguns professores publicou uma carta aberta, intitulada “Pelo jornalismo, pela democracia”, na qual alertava para problemas mais profundos, como o impacto negativo na qualidade da democracia: «A crise que abala a maioria dos órgãos de informação em Portugal pode parecer aos mais desprevenidos uma mera questão laboral ou mesmo empresarial. Trata-se, contudo, de um problema mais largo e mais profundo, e que, ao afectar um sector estratégico, se reflecte de forma negativa e preocupante na organização da sociedade democrática. (...) A redução de efectivos, a precariedade profissional e o desinvestimento nas redacções podem parecer uma solução no curto prazo, mas não vão garantir a sobrevivência das empresas jornalísticas. Conduzem, pelo contrário, a uma perda de rigor, de qualidade e de fiabilidade, que terá como consequência, numa espiral recessiva de cidadania, a desinformação da sociedade, a falta de exigência cívica e um enfraquecimento da democracia.» (citado em TSF, 2012).

Correia (2012) reconhece que os jornalistas estão hoje sob pressão, «mergulhados numa profunda crise de identidade e, tal como outras profissões intelectuais, num claro processo de proletarização.» A pressão, sublinha, é ao mesmo tempo laboral (despedimentos, instabilidade de emprego, precariedade, diminuição dos salários reais, desrespeito pela contratação colectiva, emagrecimento das redacções, imposição da polivalência funcional), profissional, ética, empresarial, político-ideológica e de autonomia. Acrescenta que nunca a situação que afecta o jornalismo e as suas funções na sociedade atingiu a gravidade actual, devido à convergência de diversos factores, entre os quais o primado do factor económico, «hoje no topo da hierarquia dos poderes», as dificuldades económicas de grande parte das empresas de comunicação social, a queda da publicidade e a crise da imprensa escrita, ameaçada pelo jornalismo digital. Esta fragilização dos jornalistas, conclui o académico, não os afecta apenas a eles e ao jornalismo: são os direitos dos portugueses a uma informação livre, rigorosa e pluralista e é a própria democracia que estão em causa.

## Conclusão

As condições actuais do exercício do ciberjornalismo tornam sobremaneira difícil aos seus profissionais cumprir as principais funções clássicas atribuídas ao jornalismo – leia-se, sobretudo, ao jornalismo de serviço público – numa democracia. Factores como a crise de mercado dos média, a transformação nos hábitos de consumo de notícias, o enquadramento empresarial e profissional desfavorável, o deficiente financiamento do digital, a predominância de rotinas de produção de baixo valor noticioso acrescentado, a voragem dos *deadlines* contínuos, todos concorrem para o atrofamento do trabalho dos ciberjornalistas, em particular no atinente às funções jornalísticas clássicas que correlacionam jornalismo e democracia.

O cumprimento das principais funções clássicas do jornalismo na democracia implica uma postura *proactiva* e *intensa*, sobretudo no que concerne ao cultivo de fontes próprias, à inquirição, à investigação jornalística aprofundada. Ora, no ciberjornalismo, temos assistido à predominância de um profissionalismo *passivo* ou de *baixa intensidade* dos profissionais, entregues, pelas circunstâncias desfavoráveis, a tarefas sedentárias de baixo valor acrescentado. Esta *passividade* profissional conduz a um inevitável atrofamento dos papéis centrais do jornalismo e dos jornalistas numa democracia.

De algum modo, o ciberjornalismo e as redacções digitais são, ainda hoje, que se fala tanto em apostas “estratégicas” no digital, o elo mais fraco na cadeia mais vasta que envolve o próprio jornalismo, que, por sua vez, se encontra numa fase de enfraquecimento. O ciberjornalismo, não só é herdeiro de boa parte dos problemas que têm vindo a afectar de forma negativa o jornalismo, como agrava alguns desses problemas, como, por exemplo, o declínio da investigação e o aumento do sedentarismo. Haverá neste cenário excepções, como é natural. Mas não passam disso mesmo: excepções às tendências que vão dando corpo à regra.

Aceitar ser este o rumo inevitável e inelutável do jornalismo e do ciberjornalismo, ou mesmo afirmar que o ciberjornalismo é um “outro jornalismo” ou um “novo jornalismo”, que não deve mais obrigações à memória, à tradição, à cultura e aos valores tradicionais da profissão, constituiria uma perda irreparável para a democracia e a cidadania na era digital. Já para o jornalismo em si, constituiria uma espécie de suicídio, um “jornalisticídio”.

As lacunas e os constrangimentos, quer do jornalismo, quer do ciberjornalismo, têm vindo a ser identificados e discutidos, com alguma intensidade (em Portugal,

não com a intensidade desejável), pela academia e pelo meio profissional. Donde, os principais problemas são conhecidos por quem tem o poder e os instrumentos para tentar resolvê-los. A questão está agora em saber como responderão, em primeiro lugar, as empresas jornalísticas e, depois, a própria classe, aos desafios. E aqui cabe-nos, mais do que dar respostas, fazer perguntas. Da qualidade das respostas dependerá, em muito, o futuro do ofício: irão os grupos de comunicação e as empresas jornalísticas continuar a responder com mais despedimentos e precarização laboral à deterioração do mercado, sobretudo ao nível das audiências e das receitas? Irão conseguir encontrar novos modelos de negócio, outras fontes de receitas, que lhes permitam reinvestir nas redacções, incluindo as digitais, em vez de as empobrecer e estrangular em espiral, como tem acontecido nos últimos anos? Irão os investidores e os gestores dos média noticiosos conseguir encontrar um melhor equilíbrio entre interesses estratégicos, políticos e financeiros e os valores do jornalismo enquanto serviço público e de contributo para a democracia? Ou irão assumir em definitivo que este contributo não lhes compete de todo e que o objectivo é só mesmo o negócio e a influência? Conseguirão os jornalistas combater o cinismo, o derrotismo e o cansaço que se tem vindo a apoderar de tantos profissionais em inúmeras redacções? E como será moldado o jornalista “típico” do futuro próximo? Terá um perfil cada vez mais aproximado ao do que tende a ser hoje o do ciberjornalista? Nessa altura, todos os profissionais serão jornalistas e ciberjornalistas ao mesmo tempo? Acabará por deixar de fazer sentido proceder à distinção entre ambos?

Se nos atrevêssemos a imaginar um cenário distópico, com base numa projecção céptica de tendências a partir do cenário actual, teríamos, num futuro não muito longínquo, um jornalista “típico” com perfil multitarefa, de alta proficiência multimédia, operador de múltiplas plataformas, tendencialmente sedentário, exímio adaptador de conteúdos e gestor de redes sociais, quase sem fontes próprias, “proletarizado” e precário e por isso obediente e pouco inquiridor, com pouca ou nenhuma identificação com a “ideologia do jornalismo” ou com o sindicalismo, pouco atreito ao domínio de técnicas tradicionais de investigação jornalística, focado mais na forma das narrativas do que na sua substância, de formação mais técnica/digital do que humanística, obcecado com *rankings* de visualização de notícias e insensível por completo à relação entre jornalismo, democracia e cidadania. Se um cenário destes se concretizasse em pleno, o jornalismo, tal como o conhecemos e desejamos, estaria morto e a democracia em muito maus lençóis.

**BIBLIOGRAFIA**

- Bastos, H. (2011). Evolução e tendências do ciberjornalismo em Portugal. Actas do III Congresso Internacional de Ciberperiodismo y Web 2.0, Universidad del País Vasco, 9 a 11 de Novembro, pp. 18-30.
- Blumler, J., & Gurevitch, M. (1995). *The crisis of public communication*. London: Routledge.
- Carey, J. W. (1995). The press, public opinion, and public discourse. In T. Glasser & C. Salmon (ed.), *Public opinion and the communication of the consent* (pp. 373-402). New York: Guilford Press.
- Correia, F. (2012). Jornalistas sob pressão, *Jornalismo & Jornalistas*, nº 52, Outubro/Dezembro, pp. 6-8
- Deuze, M; Marjoribanks, T. (2009). Newswork, *Journalism*, 10(5), pp.555-561.
- Deuze, M. (2007). *Media Work*. Cambridge: Polity Press.
- Donsbach, W. (2014). Journalism as the new knowledge profession and consequences for journalism education, *Journalism*, Vol. 15(6) 661–677.
- Kovach, B.; Rosenstiel, T. (2005). *Os Elementos do Jornalismo*. Porto: Porto Editora.
- Ferreira, G.B. (2011). Jornalismo Público e Deliberação: Funções e limites do jornalismo nas democracias contemporâneas. *Estudos em Comunicação*, nº9, 61-79.
- Hallin, D. C.; Mancini, P. (2010). *Sistemas de Media: Estudo comparativo. Três modelos de Comunicação e Política*. Lisboa: Livros Horizonte.
- McChesney, R. (2000). Rich Media, Poor Democracy: Communication Politics in Dubious Times. New Press.
- Schudson, M. (2011). *The Sociology of News*. New York: W.W. Norton.
- Schudson, M. (2008). *Why democracies need an unlovable press*. Malden: Polity Press.
- Starr, P. (2009). A democracia sobreviverá sem jornais?, *Courier Internacional*, Outubro, pp. 70-79
- Tiffen, R., Jones, P., Rowe, D., Aalberg, T., Coen, S., Curran, J., Hayashi, K., Iyengar, S., Mazzoleni, G., Papathanassopoulos, S., et al (2014). Sources in the News: A comparative study. *Journalism Studies*, 15(4), 374-391.
- TSF. (2012). Jornalistas alertam: crise na comunicação social pode refletir-se na democracia, 18 de Outubro. Disponível em [http://www.tsf.pt/Paginalnicial/Portugal/Interior.aspx?content\\_id=2836421](http://www.tsf.pt/Paginalnicial/Portugal/Interior.aspx?content_id=2836421)